

DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
À SESSÃO
Remete-se ao Governo
2012 01 / 24
O Presidente,

Requerimento

A extinção das Administrações portuárias e a criação da empresa Portos dos Açores, SA ditou profundas alterações na gestão portuária dos Açores. Nunca foram claros os objetivos e as vantagens desta fusão que vem agora criar novos problemas e perplexidades, também no que aos trabalhadores portuários diz respeito.

Assim, passou a existir uma situação em que, dentro da mesma empresa existem situações laborais diferenciadas, nomeadamente quanto aos critérios de aplicação da isenção de horário de trabalho, existindo uma norma na zona de atuação da antiga Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental e outro entendimento diferente no restante arquipélago.

O reconhecimento dos diferentes regimes de funcionamento de cada um dos portos da Região não pode colidir com um princípio geral de equidade que garanta condições iguais para trabalho igual, que deve presidir às relações laborais e à boa gestão. A unificação das administrações portuárias implica, naturalmente, a uniformização das relações laborais.

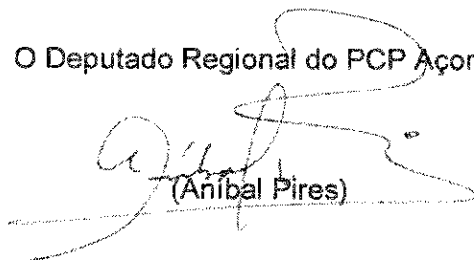
As adendas ao protocolo que existia entre as organizações sindicais e as administrações portuárias, que suportavam juridicamente estes diferentes regimes, foram já denunciadas, não tendo qualquer aplicação nem validade. Não tem, por isso, qualquer sustentação para esta objetiva desigualdade, geradora de injustiça.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP Açores solicita ao Governo a seguinte informação:

- Pretende o Governo intervir junto da Administração da Portos dos Açores, SA para que proceda à uniformização dos procedimentos em relação aos trabalhadores da Portos dos Açores SA?

24 de Janeiro de 2012

O Deputado Regional do PCP Açores


(Aníbal Pires)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <u>0365</u>	Proc. Nº <u>54.04.00</u>
Data: <u>012 / 01 / 24</u> Nº <u>580 / 1x</u>	